



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0140362-66.2020.6.05.8000
INTERESSADO : ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DATA FIM DE VIGÊNCIA 30/03/2021
ASSUNTO : Regularidade do Certame

Parecer nº 47 / 2021 - PRE/DG/ASSED

1.Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de empresa especializada na realização de eventos que incluam os serviços de recepcionista, cobertura fotográfica, filmagem digital em alta definição, transmissão simultânea com recursos de áudio e de vídeo, locação de equipamentos de som e estrutura de “box truss”, a serem utilizados em cerimônias realizadas na Corte Eleitoral, bem como os serviços de instalação, operação e posterior desinstalação dos equipamentos utilizados, sob demanda, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 17/2021, documento n.º 1676331.

2.A presente licitação é regida pela Lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos nºs 3.555/2000, 10.024/2019 e 8.538/2015, pela Instrução Normativa/MPOG nº 03/2018 e pelas condições constantes no Edital n.º 17/2021, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993.

3.Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme abaixo mencionado.

- a) planilha estimativa e manifestação da Seção de Aquisições, documentos n.ºs 1652841 e 1653768;
- b) informação da disponibilidade orçamentária, documento n.º 1641536;
- c) análise da legalidade pela Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, documentos n.ºs 1375304 e 1663929;
- d) autorização de abertura do certame licitatório pela autoridade competente, documento n.º 1666886;
- e) designação de Pregoeiro e equipe de apoio, documento n.º 1670512;
- f) juntada de cópia da Portaria que designou o Pregoeiro, documento n.º 1676347.

4.Consta dos autos comprovantes de envio de aviso de licitação para publicação na internet (comprasnet) e no D.O.U., documentos n.ºs 1676349 e 1676351.

5.Não houve pedido de esclarecimento ou impugnação ao edital. Durante a sessão o pregoeiro prestou informações de praxe.

6.De acordo com o relatório final do Pregoeiro, observa-se que os documentos de habilitação foram apresentados pelas licitantes. Conforme consulta SICAF, a FORUM EVENTOS EIRELI se trata de empresa de pequeno porte, documento n.º 1702983.

7.Iniciado o procedimento licitatório, foi realizada a classificação inicial das propostas e, em seguida, realizada a etapa competitiva, para apresentação de lances pelas empresas. Foi utilizado o modo de disputa aberto e fechado. Foi realizada tentativa de negociação com vista à redução dos valores, sem êxito. Em seguida, o Pregoeiro realizou o exame dos documentos e, assim, foram adjudicados os itens às empresas que apresentaram as melhores propostas. De acordo com consulta ao SICAF, as empresas vencedoras não possuem ocorrência ou impedimento de licitar. Em seu relatório o pregoeiro detalhou as diversas ocorrências da sessão. Em complementação, após diligência à ASCOM, foi confirmada a capacidade técnica da empresa DANILO PEREIRA COELHO 04587912530, documento n.º 1717924.

8.Sendo assim, conforme Ata do Pregão, Resultado por Fornecedor e Termo de Adjudicação, documentos n.ºs 1703033, 1703026 e 1703031, sagraram-se vencedoras as empresas: 1) FORUM EVENTOS EIRELI, para o item 6, no valor total de R\$10.960,00 (dez mil novecentos e sessenta reais), e 2) DANILO PEREIRA COELHO, para o lote 1, no valor total de R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais).

9.Identificamos que no campo mensagens o pregoeiro não declarou em ata a habilitação e as empresas vencedoras da licitação. Contudo, efetuou os registros no Sistema para “aceito e habilitado”, mencionando na ata que está aberto o prazo recursal. Tal conduta não enseja nulidade, mas, de modo a evitar que remanesçam dúvidas, recomendamos que constem do campo Mensagem, da ata, as decisões do pregoeiro.

10.Aberto o prazo, houve registro de intenção de recurso. Contudo, a licitante declinou do direito de recorrer, conforme informação consignada no campo “Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões” do Sistema Comprasnet, documento n.º 1703028, transcrita abaixo:

Declinamos o direito do recurso, por ter localizado a documentação da empresa em outro item, entendemos que a habilitação é feita por lote, mas a desclassificação da empresa por esse motivo poderia se enquadrar no excesso de formalismo, sendo assim, solicitamos a compreensão dessa administração.

11.Salienta-se que o pregoeiro consignou em ata a informação abaixo:

Senhores Licitantes, foi aceita a intenção de interposição de recurso para o item G1, muito embora o subitem 11.2. do edital de licitação faculta aos licitantes deixarem de apresentar os documentos que já constam do SICAF. No caso as certidões de qualificação técnica da primeira colocada constam do referido sistema.

12.De modo a restar clara a conduta do pregoeiro, realizamos consulta à SELIC, que encaminhou o espelho do Nível 5 do SICAF, demonstrando que os atestados de capacidade técnica constam do Sistema, documento n.º 1719486. Assim, agiu regularmente o pregoeiro.

13.Deste modo, considerando as atribuições do art. 74, XVIII, da Resolução Administrativa n.º 4/2021, constata-se a regularidade de todo o procedimento, que se encontra apto à homologação pelo Diretor-Geral, podendo a Administração proceder à convocação das empresas vencedoras para celebração do contrato, nos termos do art. 4º, XXII da Lei n.º 10.520/02, e arts. 13, VI e VII, e 48 do Decreto n.º 10.024/2019, bem como de acordo com a Ata de Realização do Pregão Eletrônico, Resultado por Fornecedor, Termo de Adjudicação e Relatório Final do Pregão, documentos n.ºs 1703033, 1703026, 1703031 e 1703948.

14.Ressalte-se que a futura contratada deverá manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos-Lei 8666/93.

À consideração superior.

Ana Flávia Cerqueira Machado

Analista Judiciário

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

RONILDO DANTAS

Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flávia Cerqueira Machado, Analista Judiciário**, em 10/09/2021, às 16:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 13/09/2021, às 12:06, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1719517** e o código CRC **7F342D1B**.